DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 5956/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/14555/2014
PROTOCOLO	: 1533061
ÓRGÃO	: FUNDO ESPECIAL P/ INSTALAÇÃO, DESENV. E APERFEIÇOAMENTO DOS JUIZADOS ESP. CÍVEIS E CRIMINAIS
ORD. DE DESPESAS	: JOENILDO DE SOUSA CHAVES
CARGO DO ORDENADOR	: DIRETOR À ÉPOCA
ASSUNTO DO PROCESSO	: NOTA DE EMPENHO N.º 964/2014
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO
CONTRATADA	: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME
PROC. LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO
VALOR DA CONTRATAÇÃO	: R$ 52.177,12

CONTRATO ADMINITRATIVO. AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Cuida-se da Nota de Empenho n.º 964/2014, formalizada entre o **Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais** e ***J4 Serviços e Negócios Múltiplos EIRELI - ME***, objetivando a aquisição de material elétrico, com valor contratual no montante de R$ 52.177,12 (cinquenta e dois mil cento e setenta e sete reais e doze centavos).

Destaca-se que o procedimento licitatório, Pregão Presencial n.º 16/2014, que originou a Ata de Registro de Preço n.º 3.015/2014, já se encontra julgada regular e legal por este Tribunal, através do **Acórdão AC02 – 1117/2016** (processo TC/MS 8828/2014).

Objetiva-se, neste momento processual, analisar a formalização da Nota de Empenho n.º 964/2014 (2ª fase), bem como a regularidade da execução financeira da reportada contratação (3ª fase).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria, por meio da sua Análise ANA – 6ICE – 4836/2018 (pp. 25/30), e o MPC, por meio do seu Parecer PAR – 1ª PRC – 11050/2018 (pp. 31/32), se manifestaram opinando pela ***regularidade*** e ***legalidade*** da formalização Nota de Empenho e da respectiva execução financeira (2ª e 3ª fases).

Vieram os autos a esta Relatoria, para decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se do feito que os Órgãos de Apoio foram unânimes em se manifestar pela regularidade e legalidade da 2ª e 3ª fase da contratação pública.

De fato, vislumbro que os documentos encaminhados a esta Corte demonstram que a contratação pública encontra-se em conformidade com a legislação de regência, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos no tocante à formalização da Nota de Empenho n.º 964/2014 (2ª fase).

De fato, a liquidação da despesa, cujo resumo segue abaixo, exibe com clareza a similitude do total de notas de empenho válidas e total de pagamentos, demonstrando, assim, sua regularidade:

NOTA DE EMPENHO EMITIDA	R$ 52.177,12
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDAS	R$ 52.177,12
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$ 52.177,12

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo art. 10, II, da RN n.º 76/13, e acompanhando o entendimento dos Órgãos de Apoio, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** da formalização Nota de Empenho n.º 964/2014 **(2ª fase)**, nos termos do art. 120, II, da RN n.º 76/13 c/c art. 59, I, da LC n.º 160/12;
2) Declarar a ***regularidade*** da execução financeira da Nota de Empenho n.º 964/2014 **(3ª fase)**, nos termos do art. 120, III, da RN n.º 76/13 c/c art. 59, I, da LC n.º 160/12; e
3) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades competentes, com base no art. 50, da LC n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 29 de junho de 2018.

MARCIO MONTEIRO
RELATOR

JPF